

TRABALHO COMPLETO PARA ABRAPSO/2009

1. Título: Mulheres que ouvem mulheres: a estética da amizade como dispositivo de reflexão nas mulheres que convivem com a violência doméstica.

2. Autores: Lúcia Regina Ruiduit Dias (UFRGS), Jaqueline Tittoni (UFRGS), Daiana Mello Cargnin (UFRGS), Lúcia Helena Réus (UFRGS), Renata Ghisleni de Oliveira (UFRGS), Paula Marques da Silva (UFRGS)

3. Endereço eletrônico: luruiduit@terra.com.br, jaquemin@terra.com.br

O interesse neste estudo surge da experiência com comunidades vulneráveis na cidade de Porto Alegre e da proximidade com a população feminina atendida, bem como com educador@s sociais da região.

Com a inserção no mestrado de psicologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ocorre a aproximação com o trabalho realizado através do projeto de extensão “Assessoria em psicologia ao SAJU/UFRGS” (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS), havendo uma confluência de interesses ao redor da temática do sujeito mulher.

O presente trabalho encontra-se no contexto dos direitos da mulher e em uma conjuntura de modificações do panorama legal de nosso país, a respeito da violência contra a mulher, a partir da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.430 de 07/08/2006). Esta lei traz profundas modificações na forma de compreensão e atendimento não só jurídicos, como de assistência social e de lugar da problemática dentro da sociedade brasileira. Transformam-se as relações sociais com as mulheres em contato com a violência, propiciando novos jogos de verdade e de saber-poder, o que gera condições de possibilidade para que novas formas de se ver, de ver e se relacionar possam emergir. Novas subjetividades podem vir a se constituir.

O interesse deste estudo não recai somente sobre as mulheres que se encontram em situação de violência e que acessam o SAJU, mas sobre as mulheres das comunidades que se implicam em suas histórias de vida e as orientam para serviços de assistência, bem como aquelas que são orientadas pelas mulheres que procuram o SAJU. Deste modo, procuramos não manter a binariedade mulher em situação de violência/mulher que orienta, colocando o foco na relação **entre** elas, acreditando que a amizade pode se constituir como dispositivo de reflexão ética para ambas.

Não se detendo na rede formal de orientação às mulheres que convivem com a violência doméstica, como no caso das Promotoras Legais Populares, mas ampliando e tomando também a rede informal, nos questionamos sobre quem é este sujeito.

O conceito foucaultiano de subjetividade é a base para a compreensão deste sujeito - mulher, tendo como referência a noção de que este se constitui nos jogos de verdade de uma época e de uma determinada sociedade que pressiona para algumas formas de reconhecimento. Para Foucault, a subjetividade é “um exercício de si sobre si

mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser.” (Foucault, 2006a, p. 265)

Quais são, então, as condições de possibilidade para a emergência deste sujeito? Que experiências possibilitam que estas mulheres se desloquem de diversos possíveis discursos sobre os modos de ser mulher para o sujeito que enuncia e se desloca de relações de violência?

O processo de reconhecimento de si mesmo ocorre através da “experiência de si”, que é entendida como os modos de reconhecimento que envolvem os regimes de verdade, jogos de poder e tensionamentos entre os processos de sujeição e resistência. (FOUCAULT, 2006c).

Para Foucault, o processo de subjetivação envolve um movimento ético onde o ser humano não segue simplesmente as regras morais de uma sociedade e de um tempo, mas reflete sobre as mesmas. O sujeito está imerso, então, em um “trabalho ético” ao refletir a cerca da maneira pela qual deve constituir a si mesmo “enquanto sujeito moral de suas próprias ações”. (Foucault, 1995, p. 263).

Partindo do conceito de ética Foucaultiano como “prática reflexiva da liberdade” (FOUCAULT, 2006a, p. 267), pretende-se abordar elementos das experiências das mulheres se constitui enquanto dispositivo de reflexão ética em suas vidas.

Para Foucault, o trabalho ético conta com quatro aspectos principais: a substância ética, ou seja, qual a parte do sujeito, de seu comportamento, que está relacionada à conduta ética; os modos de sujeição, que é a maneira pela qual as pessoas são incitadas a reconhecer suas ações morais; os meios, ou seja, como o sujeito pode modificar-se para tornar-se ético e a teleologia, que é o estudo das finalidades, o tipo de sujeito que se aspira ser. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 263-64)

Mas porque pensar a amizade enquanto um dispositivo de reflexão ética entre as mulheres em questão?

Foucault mostra que na Grécia antiga produziu-se uma forma de subjetivação supra-individual, já que a relação consigo mesmo era concebida de forma inseparável das relações com os outros. O encontro com o outro era produtor de transformações em si. No cuidado de si grego ética e política eram inseparáveis. Aquele que cuidasse bem de si, conseqüentemente cuidaria bem da polis e dos outros. O cuidado de si apresentava-se como uma condição pedagógica e ética na constituição de um bom governador, através da relação com um mestre.

Mas mudanças vão ocorrendo nesta forma de relação, sendo que nos séculos I e II acentua-se uma transformação caracterizada pela dissociação entre o cuidado de si e o cuidado do outro. O cuidado de si como pressuposição do cuidado do outro dá lugar a uma prática do cuidado de si autofinalizada onde o objeto passa a ser exclusivamente o si mesmo. O papel do mestre perde sua importância, sendo que sua função será exercida por uma série de indivíduos, surgindo também estruturas institucionalizadas que são as escolas ou a figura do conselheiro privado.

O que ocorre é que a tradição cristã incorpora a relação com o outro na forma de um vínculo de obediência e a relação consigo mesmo com o objetivo de renúncia a si e auto-anulação. O si mesmo constitui-se mediante obediência, confissão ao outro e uma busca da verdade de si mesmo. O ascetismo cristão incorpora várias práticas de si da

antiguidade, mas recentrando-as em torno da auto-decifração, dos processos de purificação e de uma luta contra os desejos.

Para Ortega (1999), “Isso traduz consigo a perda de uma parte de sua autonomia, expressa na substituição do cuidado de si (*epimeleia heautou*) pelo cuidado dos outros (*epimeleia ton allon*), sendo este último tarefa do pastor. Como consequência, o indivíduo será despojado de seu cuidado, o que significa a perda de sua liberdade.” (Ortega, 1999, p. 95). Todo este processo se intensifica, sendo que o poder pastoral, na modernidade, vai dando passagem para outro tipo de poder a partir da integração das práticas da existência aos saberes e práticas médicas, educativas, psicológicas e jurídicas. Este poder é o poder disciplinar e exerce sua força sobre os corpos dos indivíduos.

A vinculação entre amizade e filosofia também vai se desvanecendo e, com a criação das escolas e universidades, a filosofia já não é mais uma ascese, mas um discurso teórico e a amizade perde seu caráter político. Através de sua genealogia, Ortega mostra como a amizade vai progressivamente desaparecendo do espaço público, deslocando-se para a esfera privada e doméstica, sendo integrada à família nuclear.

A amizade, para Ortega (1999 e 2002), se constitui como uma alternativa a um processo de individualização, posto em nossa sociedade, assim como uma possibilidade de rompimento com a moral vigente, podendo levar o sujeito a se transformar a partir de suas relações. Para este autor, a amizade é uma forma de subjetivação coletiva que permite a criação de espaços intermediários capazes de fomentar tanto necessidades individuais quanto objetivos coletivos. É um apelo à experimentação de novas formas de vida e de comunidade.

Foucault recoloca a questão da amizade na medida em que a traz como um meio de atingir uma ética. Ao falar sobre a amizade epicurista, Foucault (2006b) coloca que a amizade é uma forma de cuidado de si que tem seu começo na utilidade e que se inscreve no regime das trocas sociais, ou seja, a amizade é útil porque pode me ajudar. Entretanto, se a amizade começa na utilidade, “por ela mesma é que deve ser escolhida” (p. 238), já que faz parte da felicidade.

A felicidade (*makariótes*) está:

Em saber que, contra os males que nos podem advir do mundo, somos tão protegidos quanto possível e que deles independemos totalmente. A *makariótes* é a certeza desta independência em relação aos males. E esta independência em relação aos males nos é assegurada por várias coisas, entre elas a seguinte: da existência de nossos amigos recebemos não tanto uma ajuda real quanto a certeza e a confiança de que podemos receber esta ajuda! (Foucault, 2006b, p. 239)

Para Foucault (2006b), na amizade epicurista, saber que os amigos terão uma atitude de reciprocidade, correspondente à amizade que lhes dedicamos, é o que constitui uma das garantias da felicidade.

Nesta forma de amizade, encontra-se uma das garantias de “ausência da perturbação” e todo ser humano que cuida de si, deve fazer amigos.

Assim, “A utilidade, que é ocasião da amizade, não deve ser abolida. (...) Mas o que dará função à utilidade no interior da felicidade é a confiança que dedicamos aos nossos amigos que são, para conosco, capazes de reciprocidade. (FOUCAULT, 2006b, p. 240)

Enlaçando os conceitos de amizade, subjetividade, experiência de si e trabalho ético, buscamos investigar se a amizade teria este potencial de reflexão ética junto às mulheres. Seria realmente a amizade um meio de constituição de novas formas de subjetivação?

A metodologia utilizada será a intervenção fotográfica, situada no campo da pesquisa intervenção e que envolve as estratégias de acompanhamento de grupo, oficinas de fotografia e diários de campo.

Pretende-se o acompanhamento de um grupo de aproximadamente oito mulheres, advindas das comunidades da cidade de Porto Alegre, que enunciam a violência doméstica e que procuram deslocar-se de relações violentas. Este grupo será formado por mulheres que orientaram outras a buscar o trabalho de assessoria e assistência do SAJU e por mulheres que buscaram o SAJU e orientaram outras mulheres a fazê-lo, ou ainda, por mulheres pertencentes às comunidades em que o SAJU-UFRGS esteja presente através do trabalho de assessoria.

Acredita-se que a fotografia se constitua como um importante recurso diante de uma sociedade imersa em imagens, que produzem sentidos que ficam invisibilizados pela banalidade de sua convivência, a partir da possibilidade técnica da reprodução, que pode multiplicar uma imagem em um número infinito.

Na ciência, o texto escrito se coloca como o grande instrumento, entretanto, Flusser nos coloca que “A textolatria assumiu proporções críticas no percurso do século passado” (Flusser, 2002, p. 11) e as pessoas esquecem que “Os textos não significam o mundo diretamente, mas através de imagens rasgadas. (...) Decifrar textos é descobrir as imagens significadas pelos conceitos.” (Flusser, 2002, p. 10).

Para Flusser (2002), as imagens se tornam cada vez mais conceituais e os textos, cada vez mais imaginativos, ocorrendo uma perturbação na hierarquia dos códigos. Isto nos lembra Berger que diz que “Ver precede as palavras”, pois “A criança olha e reconhece, antes mesmo de poder falar”. (BERGER, 1999, p. 9)

O que melhor do que a imagem, então, para abordar o que é possível ver?

O uso da fotografia aqui se opõe à idéia cientificista da imagem como réplica do real e se aproxima da idéia da fotografia como um instrumento de produção de sentidos, envolvendo a processualidade onde não é só o produto fotografia que importa, mas o estar fotógrafo, o fotografar, o ver a fotografia, o expô-la e todos os sentidos produzidos a partir daí, podendo implicar, inclusive, o que não foi fotografado.

A fotografia é tratada como uma forma de linguagem que possibilita redimensionar o olhar, colocando os sujeitos em posição de autores no saber construído sobre a situação fotografada.

Berger (1999, p. 10), diz que “Só vemos aquilo que olhamos. Olhar é um ato de escolha. Como resultado dessa escolha, aquilo que vemos é trazido para o âmbito do nosso alcance (...).”

Acredita-se que o agenciamento fotógrafo-aparelho auxilia a pensar a condição de sujeito do fotógrafo no ato de fotografar e, portanto, abre possibilidades de reflexões a cerca de si e das relações com os outros.

A fotografia assim concebida possibilita desacomodar a forma de olhar normativa e inscreve os sujeitos em outras possibilidades e outras redes discursivas. Sendo assim, vivenciar a processualidade da intervenção fotográfica convocaria as mulheres a uma reflexão a respeito de suas próprias experiências e do lugar da amizade enquanto dispositivo de reflexão ética em suas vidas.

Por tratar-se de uma pesquisa colocada no campo da pesquisa intervenção, tem-se a preocupação de caminhar juntamente com o grupo de trabalho, em uma investigação participativa que busque “a interferência coletiva na produção de micropolíticas de transformação social.” (AGUIAR, 2007, p. 649)

De acordo com Maraschin (2004), o próprio perguntar “sobre os modos de viver, de existir, de sentir, de pensar próprios de nossa ou de outras comunidades de sujeitos” produz possibilidades de auto-produção tanto no observador como nos observados. O pesquisar tomado enquanto uma ação de conhecimento cria territórios de subjetivação onde “(...) os ‘objetos de pesquisa’ também são observadores ativos, produzem outros sentidos ao se encontrarem com o pesquisador.” (p. 105)

A pesquisa se coloca como potência instituinte, “capaz de desestabilizar modos de ação já recorrentes na instituição” e “Como criação de territórios de conhecimentos-subjetividades que põem em movimento, no mesmo ato, conhecimento, intervenção e autoria.” (MARASCHIN, 2004 p. 99)

Dentro de uma concepção ético-política do pesquisar em que tanto o pesquisador quanto os pesquisados produzem conhecimentos e se produzem enquanto sujeitos é que esta pesquisa se coloca.

No presente momento, a pesquisa encontra-se dentro do primeiro momento de sua metodologia, na etapa de inserção e acompanhamento junto ao trabalho do G8 do SAJU-UFRGS (G8 – generalizando), através do qual se chegará às mulheres das comunidades da cidade.

O SAJU-UFRGS tem origem em 1950 e está colocado como um programa de extensão universitária pautado pelo protagonismo estudantil, sendo os estudantes da Faculdade de Direito da UFRGS os gestores do trabalho.

O trabalho tem por objetivo tanto a construção de conhecimentos por parte dos estudantes como o oferecimento de serviços de assessoria e assistência jurídica à população de baixa renda. O serviço é pautado pelo acesso efetivo à justiça e pela garantia dos direitos humanos como condição fundamental de cidadania.

Atualmente o SAJU atua através de 5 projetos, sendo dois deles integrantes de projetos de Assistência Jurídica, a saber, o projeto de assistência jurídica propriamente, desenvolvido por nove grupos de trabalho, divididos nas áreas cível, trabalhista, família, criança e adolescente, direitos do consumidor e direitos da mulher e gênero; e o GEIP (grupo de estudos e intervenção em matéria penal).

Além destes dois projetos na área da assistência, o SAJU-UFRGS conta com mais três projetos de assessoria jurídica, sendo estes o “Abrigando a Cidadania”, realizado pelo GAP (Grupo de Assistência Popular) na via do direito à moradia; o GARE (Grupo de Assessoria aos Refugiados), atuando na promoção de auxílio a refugiados e o “Tá Direito?”, promovido pelo GAJUP (Grupo de Assessoria Jurídica Universitária Popular) atuando no acesso da população ao direito.

A estrutura do SAJU está composta por um presidente discente e uma coordenação-geral discente composta por: coordenador, vice-coordenador e tesoureiro. Além disto, conta com um conselho deliberativo composto por um representante de cada grupo de trabalho componente do SAJU. Estes representantes são chamados de monitores e são aqueles que realizam a coordenação interna do grupo de trabalho. Atualmente, os grupos de trabalho são em número de treze. Os docentes encontram-se presentes através de uma coordenação geral e de dois professores orientadores. (informações obtidas a partir do site <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=5>>)

Neste momento, o G8 passa por um processo de transformação em seu funcionamento, através da ampliação do trabalho de assistência jurídica com as mulheres para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e implantação do trabalho de assessoria. Para tal, estão sendo realizadas visitas à comunidades e ONGs (Organizações não-governamentais) com objetivo de divulgação da ampliação de clientela do G8, divulgação do trabalho de assistência e de levantamento de interesse por parte das comunidades que queiram realizar um trabalho de assessoria.

A inserção junto ao SAJU, suas reuniões, discussões de casos, visitas, já possibilita a reflexão sobre várias questões que dizem respeito à implicação em um trabalho com mulheres em situação de violência.

Uma destas questões diz respeito ao saber-poder jurídico que em nossa sociedade está carregado de um lugar de verdade, como aponta Cruz (2007, p. 79), pois o poder cria saber e este dá lugar a relações de poder e as legitima (FOUCAULT, 2004).

Embora os integrantes do Saju busquem compreender a mulher desde um lugar sócio-histórico construído, em muitos momentos, este saber-poder, que constitui as relações em nossa sociedade e na universidade, lhes atravessa e se impõe em sua formação, constituindo uma dificuldade de ouvir as necessidades e os anseios das mulheres. Instaura-se uma espécie de conflito entre a lei e as especificidades daquela mulher atendida, o que gera um sentimento de impotência, um “nada a fazer”.

Em outras ocasiões, este saber-poder é evidenciado no linguajar hermético do direito e na dificuldade de comunicação que ocorre entre a mulher atendida e seu advogado/assistente: “Nem a gente consegue entender bem o que ela quer e nem ela consegue entender o que a gente fala. Muitas vezes, a pessoa não sabe nem o que é um promotor e qual o papel dele em uma audiência. Nem o juiz dá para entender direito! A pessoa acaba fazendo aquilo que o advogado dela quer!”, “Alguns vem só para desabafar, não é uma demanda jurídica e a gente não sabe o que fazer com isto!”.

Este saber-poder jurídicos, extremamente hierárquico e estratificado, também pode ser percebido na dificuldade de aproximação em relação às comunidades e a outros serviços jurídicos, constituindo uma dança de aproximações e afastamentos que, por vezes, dificultam o trabalho na via da assessoria: “ela nos convidou para fazer um

trabalho lá, mas nós não somos defensoria pública”. A questão que se coloca é: Não se poderia constituir algum outro trabalho, conjunto, para além de uma defensoria pública, no espaço ‘entre’ estes dois locais? O que poderia ser gerado a partir de uma invenção coletiva e que viesse ao encontro dos anseios e necessidades das mulheres?

Como outra questão, coloca-se a temática da invisibilidade da violência contra a mulher, contudo, não no plano de uma não enunciação da mesma pelo poder judiciário nas audiências (CRUZ, 2007), mas no plano da concretude, da forte diminuição da demanda de trabalho no serviço de assistência jurídica. Se a cada 15 segundos uma mulher sofre violência em nosso país (pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, citada por CRUZ, 2007, p. 20) onde se encontram as mulheres que necessitam de assistência jurídica? Um retorno informal é dado pelo local que mais encaminha mulheres ao SAJU-UFRGS no sentido destas não estarem disponibilizando dinheiro para as passagens de ônibus para acessarem o serviço. A questão de classe social, fortemente atravessada na questão da assistência, se evidencia e traz o questionamento a respeito da forma como a assistência e, dentro dela, a assistência jurídica, se encontra estruturada.

Por fim, chama a atenção o fato do trabalho no SAJU-UFRGS se constituir a partir de um trabalho voluntário, tanto da parte dos assistentes e monitores quanto dos advogados. O fato de ser voluntário, o desloca de um eixo de poder através do recebimento de dinheiro, que coloca os sujeitos no binômio ter ou não ter, dividindo-os entre os que possuem e os despossuídos. Outras formas de utilidade desta relação podem se colocar, como por exemplo, o querer aprender através de uma prática. Esta relação lembra a utilidade da amizade inserida nas trocas sociais, trazida por Foucault (2006c), que, deve ser ultrapassada para que a amizade seja escolhida por ela mesma, ou seja, para que se chegue à felicidade através da confiança e da reciprocidade implicadas na amizade.

Contudo, ocorre um tensionamento nesta relação a partir do saber-poder acadêmico, na medida em que este faz uma contra-força no sentido da binariedade ‘possuídos-despossuídos’, agora colocada como ‘os que possuem o saber-os que não possuem o saber’.

No âmbito da pesquisa, estas questões nos trazem indicativos da constituição de um campo através de um serviço de assistência e assessoria ligado ao saber e ao fazer jurídico e psicológico, dando pistas de como alguns atravessamentos poderão vir a se inscrever na temática da amizade como dispositivo de reflexão entre as mulheres que convivem com a violência.

Referências bibliográficas:

ACHUTTI, L. E. R. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

AGUIAR, Katia F. de; ROCHA, Marisa L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.

- BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- CRUZ, Rúbia Abs da, et al. *Nominando o inominável: violência contra a mulher e o poder judiciário*. Porto Alegre: THEMIS, 2008.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FONTCUBERTA, J. *Ciência y fricción: fotografia, naturaleza, artificio*. Madrid: Mestizo, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. *Ditos e escritos V*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006c.
- _____. *El sujeto y el poder*. Disponível em <<http://www.campogrupal.com/poder.html>> Acesso em: 30 jun. 2009.
- DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 98-107, Número Especial 2004.
- MAURENTE, V. *A experiência de si no trabalho nas ruas através da fotocomposição*. Dissertação (mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- OLIVEIRA, Renata Ghisleni de. *Assistência jurídica e direitos da mulher: Trans(formações) possíveis*. Projeto de dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.
- ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- _____. *Genealogias da amizade*. São Paula: Iluminuras, 2002.
- SILVA, Paula Marques da. *Políticas públicas e formação em saúde: a formação profissional como experiência e prática de si*. Projeto de dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.